

EMENDA ADITIVA Nº 01

PROJETO DE LEI Nº 12, DE 30 DE ABRIL DE 2024

ESTABELECE DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO DE CARMÓPOLIS DE MINAS PARA O EXERCÍCIO DE 2025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º Projeto de Lei nº 12, de 30 de abril de 2024, passa a vigorar com a seguinte alteração, acrescido dos parágrafos 1º ao 9º em seu artigo 9º, conforme abaixo:

Art. 9º -

§ 1º Fica estabelecida a criação de uma unidade orçamentária específica para a execução das emendas impositivas dos vereadores na Lei Orçamentária Anual (LOA) do Município de Carmópolis de Minas, em conformidade com o percentual estipulado pela Lei Orgânica Municipal (Art. 132 da LOM CM).

§ 2º A unidade orçamentária destinada às emendas impositivas dos vereadores contemplará: **I.** Emendas Individuais: Percentual definido pela Lei Orgânica Municipal para emendas individuais. **II.** Emendas de Bancada: Percentual estabelecido pela Lei Orgânica Municipal para emendas de bancada.

§ 3º As emendas impositivas devem ser elaboradas e apresentadas pelos vereadores, respeitando os limites e normas estabelecidos pela Lei Orgânica Municipal e pela Constituição Federal. Sua inclusão na proposta orçamentária anual é obrigatória, devendo ser executadas conforme o planejamento estabelecido na LOA.

§ 4º O percentual destinado às emendas individuais será limitado a 2% (dois por cento) da receita corrente líquida do exercício anterior ao do encaminhamento do projeto, sendo que metade desse percentual deve ser destinada a ações e serviços públicos de saúde.

§ 5º As emendas de iniciativa de bancada de parlamentares serão aprovadas no montante de até 1% (um por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior.

§ 6º O percentual destinado às emendas individuais de execução orçamentária específica será igualmente subdividido entre todos os vereadores.

§ 7º As emendas individuais de execução orçamentária específica poderão ser utilizadas em conjunto, desde que estejam em conformidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual.

§ 8º A Lei Orçamentária Anual deverá incluir dotação orçamentária para as emendas parlamentares e individuais, garantindo a execução equitativa das programações incluídas, conforme estabelecido na Constituição Federal.

§ 9º A Secretaria Municipal de Fazenda deverá fornecer relatórios periódicos sobre a execução das emendas impositivas, que serão apresentados à Câmara Municipal e disponibilizados ao público, promovendo transparência e controle social sobre os recursos aplicados.

Art. 2º Esta emenda entra em vigor na data da publicação da Lei Orçamentária Anual do exercício subsequente.

Carmópolis de Minas, 9 de agosto de 2024.

Ver. Fernando Luís Rabelo Lebron
Presidente da Mesa Diretora

JUSTIFICATIVA:

Esta emenda visa assegurar que a Lei Orçamentária Anual esteja em conformidade com a Lei Orgânica Municipal e a Constituição Federal, promovendo maior transparência e eficiência na execução das emendas impositivas dos vereadores. A criação de uma unidade orçamentária específica para essas emendas facilitará o acompanhamento e a fiscalização dos recursos públicos, resultando em um orçamento mais transparente e acessível à população.

Carmópolis de Minas, 09 de agosto de 2024.

Ver. Fernando Luís Rabelo Lebron

Presidente da Mesa Diretora

